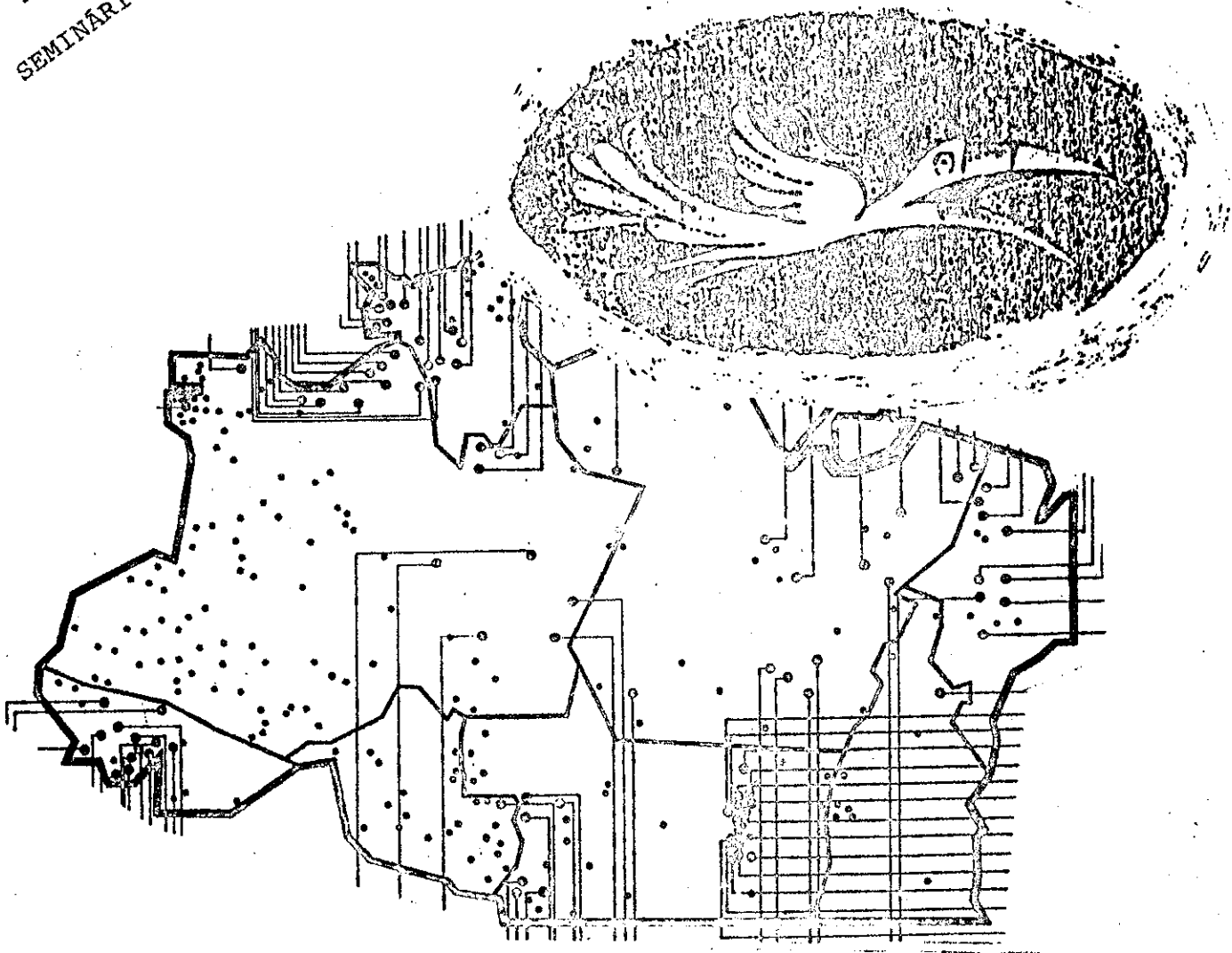


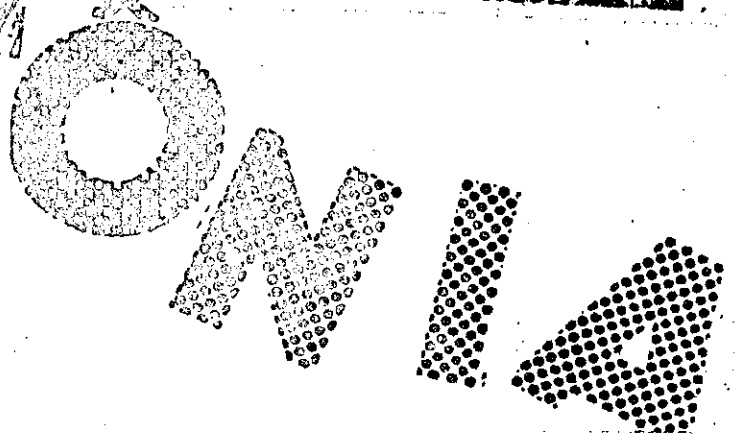
DOSSIE
SEMINÁRIO "AMAZONIA"



AMAZONIA

BRASILIA-DF 01 A 04 DE SETEMBRO-1986

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO - CIMI



CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311

Caixa Postal 11-1159 — Fone: (061) 225-9457

70084 - Brasília - DF - Brasil

SEMINÁRIO SOBRE AMAZONIA

De 1º a 4 de setembro realizou-se em Brasília um Seminário sobre Amazônia, organizado pelo Secretariado Nacional do CIMI. Participaram do encontro cerca de 70 missionários, agentes de pastoral e representantes do movimento indígena.

Na programação constaram os temas:

- grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia: 1º Plano de Desenvolvimento, programa energético, hidrelétricas, Programa Carajás, Polonoroeste etc;
- estrutura fundiária, colonização, empresas agropecuárias, conflitos de terra etc;
- mineração;
- bancos multilaterais e grandes projetos de desenvolvimento;
- extrativismo.

Segue anexo relatório sintético elaborado por Jean Hebette e posteriormente completado pelo IBASE e pelo Secretariado do CIMI. O texto traz uma grande quantidade de informações e análises sobre a problemática atual da Amazônia levantadas no decorrer do Seminário.

Anexamos ainda a relação dos textos usados pelos assessores e que podem ser solicitados ao Secretariado Nacional do CIMI ou ao IBASE.

Reproduzimos a fala dos representantes indígenas, seringueiros e da CPT durante painel realizado no decorrer do Seminário. Consideramos importante reproduzir estes depoimentos pela densidade e importância política que tiveram no encontro.

Finalmente, queremos agradecer de forma especial ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) de São Paulo e ao IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) do Rio de Janeiro pela valiosa colaboração que deram à organização e condução deste Seminário.

Brasília, novembro de 1986

Secretariado Nacional do CIMI

SEMINÁRIO SOBRE A AMAZÔNIA REVELA: GOVERNO FALSIFICA INFORMAÇÕES

O Seminário sobre a Amazônia, com mais de 70 participantes, entre índios, missionários e especialistas, encerrado hoje, revelou que o governo tem falsificado sistematicamente informações fundamentais sobre as políticas oficiais de ocupação da região amazônica, atualmente em curso: uma extensa malha viária, ligando os vários pólos de desenvolvimento implantados como base para sustentação do setor mineral; hidrelétricas projetadas para a região; e construção e ampliação de pistas e aeroportos.

As conclusões indicam que estão sendo implementadas a intervenção do Conselho de Segurança Nacional na definição dos direitos indígenas e o incentivo à expropriação de todos os recursos naturais amazônicos. Tais ações buscam a criação de fatos consumados, inviabilizando o debate acerca das riquezas naturais na Assembléia Nacional Constituinte.

As informações reveladas durante o Seminário apontam para o grave risco da desestruturação sócio-político-econômica e ambiental da região, além de identificar uma posição governamental autoritária e comprometida com o capital internacional.

A continuação destas políticas significará, inevitavelmente, o genocídio dos povos indígenas amazônicos (70% da população indígena no Brasil), repetindo o holocausto da 2ª Guerra Mundial.

No que toca às populações ribeirinhas e seringueiros, teremos hordas de miseráveis que se somarão aos milhões de trabalhadores rurais sem-terra, expropriados ao longo dos processos de concentração fundiária no sul e colonização no centro-oeste.

O governo anuncia, enfim, com estes planos, os funerais do povo amazônico, coroando os antigos projetos da velha república.

Os compromissos de resgate da cidadania exigem o devi do esclarecimento destes projetos, atrelados aos interesses de grupos econômicos privilegiados (empreiteiras, mineradoras, agroindústria, madeireiras e latifundiários), assegurando-se a participação dos brasileiros e brasileiras nas decisões sobre os destinos do país.

Brasília, 04 de setembro de 1986.

SEMINÁRIO "AMAZÔNIA"

RELATÓRIO

Introdução:

Do dia 1º a 4 de setembro de 1986 realizou-se, em Brasília, o seminário "AMAZÔNIA", promovido pelo Conselho Indigenista Missionário-CIMI, que reuniu mais de 70 participantes entre índios, missionários, antropólogos, agentes de pastoral ligados à causa indígena e assessores.

O presente relatório, aprovado em sua versão preliminar pela assembléia, propõe-se a reunir de maneira sintética e organizada os principais pontos levantados no decurso da primeira parte - analítica - desse seminário.¹

1. O CONTEXTO GERAL DA QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

1.1 Três séculos e meio de saque.

A "Questão Indígena", no seu capítulo amazônico, remonta ao princípio de 1616. Em janeiro daquele ano, Francisco Caldeira Castelo Branco desembarcou na confluência do rio Amazonas e rio Guamã. Vinha, em nome do rei de Portugal, levantar o forte do Presépio e fundar a cidade de Santa Maria de Belém para "servir de sinal de posse e como baluarte de defesa da imensidão amazônica".² Imediatamente constituiu-se, junto ao forte, "a colônia conhecida como Feliz Lusitânia".³ E no ano seguinte os religiosos franciscanos da Província de Santo Antônio instalavam-se na aldeia indígena do Una, um pouco ao norte do forte.⁴

.....

- 1) - ver: IBASE: Dossiê Amazônia- mimeo - 1984 - 64 páginas
- 2) - AZEVEDO, Aroldo De, Vilas e Cidades do Brasil colonial, citado por PENTEADO, A.R., Belém, Estudo de Geografia Urbana, Belém, Universidade Federal do Pará, 1968, vol. 1, página 95.
- 3) - PENTEADO, A.R., op. cit., pág. 100
- 4) - FRAGOSO, H. - Os aldeamentos franciscanos do Grão Pará, in Hoornaert E. (org.). Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais São Paulo. Ed. Paulinas, 1982, pág. 121.

Daquela época para cá, terras e populações indígenas foram submetidas ao saque em toda a extensão da bacia do rio Amazonas e de seus principais afluentes. Não muitos anos mais tarde, Antônio Vieira estimava - num tom possivelmente um pouco excessivo - que a conquista lusitana tinha provocado um verdadeiro etnocídio.

Assistimos hoje a uma nova fase desse saque que - não fosse a crescente resistência dos povos indígenas - poderia ser a última e definitiva. Trata-se do processo de expropriação dos índios na disputa pelos recursos naturais por parte do grande capital transnacional.

1.2 - A NOVA INVESTIDA DO CAPITAL

Desde o final da II Guerra Mundial, mas principalmente depois da nova divisão do mundo em duas grandes esferas de influência e controle - a capitalista e a socialista - ao longo dos anos 60 e 70, a Amazônia tem-se tornado um espaço privilegiado de realização para o capital internacional em crise.

A importância dessa região para o capital deve-se à conjunção de um certo leque de fatores de natureza local e de uma opção política de natureza nacional e internacional. A decisão política constituiu-se na escolha, pelo Brasil, de um modelo de integração plena ao mercado capitalista internacional em condições de parceiro marginal. Os fatores locais são relacionados com o próprio mercado amazônico. Um mercado fornecedor de alguns dos recursos essenciais ao atual desenvolvimento capitalista, pois a Amazônia é a maior reserva mineral do mundo, a maior reserva de madeira e de germoplasma, um reservatório ainda pouco explorado de recursos vegetais importantes para a indústria química e, em particular, para a indústria farmacêutica. Um mercado absorvedor significativo também em virtude de sua própria extensão geográfica. Ali podem ser colocados uma variedade de produtos industriais voltados à implantação de obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, pontes, portos, aeroportos, hidrelétricas, com suas linhas de transmissão, telecomunicações etc.).

Garantida, graças ao regime militar dos últimos vinte anos, a subordinação do espaço brasileiro e amazônico às leis do sistema capitalista, desenvolveu-se a disputa dos recursos pelos diversos capitais. Deve-se evitar de conceber essa investida sobre a Amazônia como um complô planejado e organizado por algum espírito oculto.

A concorrência acirrada entre as diversas empresas e a disputa dos mercados pelos grupos econômicos concorrentes dificilmente se conciliam com a idéia de uma conspiração. A aparência de um plano perfeitamente articulado resulta mais da "lógica" fundamental que preside o comportamento de todo capital: o afã de lucro a todo custo, metamorfoseado em ética e religião. Os adeptos menos ortodoxos dessa religião são sacrificados à necessidade de sobrevivência dos mais ortodoxos. Que os hegemônicos convirjam no seu desempenho, no seu estilo, nas suas estratégias não é fruto de um complô; expressa apenas o fato de sua lógica que é uma só, que o capital não tem mais pátria, que a complexidade do desenvolvimento capitalista afunila cada vez mais o campo das opções e das alternativas de acumulação. Quem dera que houvesse um complô que se pudesse dismantelar!

Trata-se bem mais de uma energia liberada, cada vez mais voraz que não se consegue dominar por medidas paliativas e pontuais. Uma energia que exige a constituição de uma contra-energia...

A luta pela hegemonia tem, na verdade, reduzido drasticamente o clube dos grandes adeptos da religião do lucro; ela levou i nelutavelmente a sua concentração em enormes "holdings" e conglomerados "cientificamente" assessorados por agências e birôs de planejamento é de publicidade. São todos transnacionais, embora às vezes ainda transitem sob bandeiras nacionais. Pouco importa, quanto à essência, que sejam estatais, privados ou mistos... É fácil citar alguns deles que nos são mais familiares na cena amazônica.

Em primeiro lugar aparecem as grandes construtoras; as

quatro maiores estão nas nossas rodovias, pontes e barragens: Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Mendes Jr.. Vêm em seguida as mineradoras e produtores de alumínio - as maiores também estão entre nós: a Companhia Vale do Rio Doce, Minerações Brasileiras Reunidas - MBR e Icom (do grupo Caemi), Mineração Taboca (grupo Paranapanema), Rio do Norte, Billiton, Metais (Shell), Alcoa, Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (grupo Votorantim), Valenorte e Nippon Amazon Aluminium Co. Ltda. - NAAC. Acompanham os grandes do Petróleo: Petrobrás, Shell, Elf-Aquitaine.

No setor de geração de energia, o monopólio é da Eletro-norte. Atrás e através dessas empresas operam as grandes "holdings" estatais como a Eletrobrás e Petrobrás, ou privadas como Jari, Odebrecht, São Paulo e Paraná (Bradesco), Caemi e os conglomerados financeiros: Bradesco, Itaú, Bamerindus. Mais atrás ainda, os grandes bancos de fora: Banco Mundial, Citibank, Banco de Tóquio; ou instituições governamentais como a Overseas Corporation Fund - OECF, e a Japan International Cooperation Agency - JICA.

1.3 - O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO

O Estado nacional tem exercido e vem exercendo em relação a esse capital multiramificado um duplo papel fundamental: no plano econômico, o papel de fomento às propostas empresariais através de incentivos fiscais e de encomendas de obras públicas e serviços; no plano ideológico e do controle, o papel de repressão à força de trabalho consciente e organizado em associações e sindicatos. O papel econômico do Estado tem sido decisivo, por exemplo, para a definição inicial dos grandes setores e dos espaços a serem abertos para a atuação do capital (entre eles, a indústria automobilística, o setor energético e mineral, a ocupação das terras devolutas e a colonização). Posteriormente, as grandes empresas estatais têm conquistado um grau enorme de autonomia, tornando-se uma categoria particular de empresas mais privadas do que públicas, privilegiadas e subsidiadas pelo Estado, mas quase que incontroláveis pelo centro de decisão governa-

mental. Essa autonomia foi aproveitada pelas melhores delas, que desenvolveram então uma eficiência notável e temível. Ao contrário, as agências governamentais clássicas perpetuaram sua ineficiência burocrática que as manteve incapazes de levar eficientemente a cabo seus projetos institucionais; tornaram-se permeáveis a qualquer forma de pressão e suborno por parte de interesses econômicos até os mais mesquinhos, mais locais e mais particulares. Entre essas agências destacam-se, no que diz respeito à Amazônia, os órgãos regionais tais como a SUDAM, o BASA, a SUDECO, a SUFRAMA; os órgãos nacionais com grande presença na região como o INCRA, o GETAT, o IBDF, a SUDHEVEA e mais particularmente, no que diz respeito ao nosso tema, a FUNAI. O capital aliás soube perfeitamente tirar proveito da eficiência de uns, da ineficiência de outros e da permissividade da maioria deles.

2 - O DESEMPENHO DAS AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS CLÁSSICAS:

2.1 - SUDAM

A falta de criatividade, de boa gestão e de eficiência pode ser exemplificada com a Sudam, tomando por referência o recente Plano de Desenvolvimento da Amazônia, o PDA, e a política mais antiga de incentivos fiscais.

Apesar de suas declarações retóricas de respeito às especificidades regionais, do propósito de resgate de uma imensa dívida social e da afirmação da Amazônia como área prioritária do desenvolvimento nacional, o PDA da Nova República, na realidade, não inova em nada, nem sequer na proposta de "novos" instrumentos de política. Ao contrário, mantém o modelo exportador e predatório de exploração primária, propiciando a criação de enclaves principalmente minerais, sem construir as bases de maior integração ao conjunto do país. Incorre inclusive em algumas contradições como a de reforçar o instrumento dos incentivos fiscais avaliados pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, como responsáveis por uma série de distorções.⁵

.....
5 - GASQUES, JC e YOKOMIZO, o. Avaliação dos Incentivos Fiscais na Amazônia, Brasília, IPEA, de bro de 1985. Versão preliminar.

Esses incentivos são reconhecidamente responsáveis, entre outros efeitos, pela concentração crescente da terra na Amazônia legal. Como se sabe, seu maior volume foi aplicado na agropecuária e segundo o próprio relatório de avaliação, seus benefícios se concentraram em poucos indivíduos ou empresas que fizeram deles "um negócio especulativo" e instrumento para garantir a "posse da terra" (grifado no texto). "Numa relação de 86 projetos novos, 48 não estão com a situação cadastral regularizada junto ao Incra" e "em 94 projetos agropecuários e agroindustriais implantados, apenas 3 têm apresentado alguma rentabilidade". No que tange à questão indígena, afirma: "Encontram-se projetos encravados no Parque Indígena do Xingú". A avaliação é do próprio governo e dispensa comentários.

2.2 - INCRA e GETAT:

O INCRA e GETAT têm igualmente contribuído para a concentração da terra, em que pese a política de colonização oficial com seus objetivos oficiais de "fixar o homem à terra" ou de "dar terra sem homens a homens sem terra". Segundo dados analisados pelo IBASE para o período de 1978-1984,⁶ em oito Estados que fazem parte da Amazônia legal, a área cadastrada das propriedades tem crescido de 180 para 279 milhões de ha., e o total das propriedades de mais de 1.000 ha de 144 para 215 milhões de ha, o que representa um quarto do território nacional. 80% das áreas são, portanto, constituídas de latifúndios com mais de 1.000 ha.

Os objetivos propostos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em oito Estados da Amazônia legal, representando 16 milhões de ha, mesmo que realizados, não freariam o processo de concentração porque suas metas anuais correspondem apenas 20% do aumento, no mesmo período, da área concentrada em latifúndios, ou seja, o processo de concentração é 5 vezes mais rápido do que seria a desconcentração pelo PNRA. Só no Estado do Amazonas, as 10 maiores fazendas somam perto de 12 milhões de ha. Quanto à colonização oficial

.....
6 - IBASE: Dossiê, op. cit.

executada pelo INCRA, entre 1970 e 1983, ela havia distribuído terras na Amazônia para 66.000 colonos mas, no mesmo período, o número de novos ocupantes sem título tinha alcançado na região o mesmo nível. Essa incapacidade em responder às expectativas criadas por essa propaganda irresponsável não conseguiu estagnar a migração para a Amazônia; exemplo disso é o Estado de Rondônia que, de aproximadamente 100.000 habitantes em 1970 passou para cerca de 1.200.000 em 1985. Ora, a capacidade de assentamentos pelo INCRA nunca passou de 3 a 4.000 famílias por ano. Não foi porém por falta de estrutura burocrática. Calcula-se que o número de funcionários desse órgão em Rondônia atingiu, em certa época, a casa dos mil, superando o volume de funcionários diretamente ligados à administração do Território. O processo de colonização em Rondônia teve efeitos desastrosos para as populações indígenas, a começar pela localização destes projetos junto às áreas indígenas, o que levou inevitavelmente colonos, atraídos por uma propaganda nacionalmente orquestrada, mas não assentados, a se embrenharem além dos limites dos projetos, penetrando assim nas terras dos índios. A FUNAI deu nesta ocasião a demonstração mais nítida de sua incompetência na defesa dos índios; nem conhecia um quarto dessa população, por ela estimada em 3.000 pessoas, enquanto atingia pelo menos 12.000, e não esboçou um plano de resposta à velocidade do processo de ocupação. Além disto, ela não conseguiu impedir que a nova rodovia BR-429, que ligará Presidente Médici a Costa Marques, cortasse 10 áreas indígenas não demarcadas. Aliás, não foi com seus recursos mas com os do Polonoroeste que foram demarcadas 18 áreas indígenas. Como demonstra a história da ocupação recente de Rondônia e de sua transformação de Território em Estado, a atuação do INCRA, principal ordenador desse processo, foi na realidade orientada por interesses alheios aos colonos. Obedeceu a projetos políticos tais como o da frustrada candidatura do ex-ministro Andreazza à Presidência da República ou das sucedidas candidatura de três de seus funcionários ao Senado. Ela obedeceu também a

interesses das mineradoras que passaram a trabalhar na então recém-criada província estanífera, onde se destaca a Paranapanema. Enfim, a atuação do INCRA beneficiou as grandes construtoras que asfaltaram a BR-364. Como consequência da incapacidade do INCRA em dirigir eficientemente a colonização por pequenas propriedades e de sua generosidade para com os latifundiários, estima-se que a área desmatada do Estado de Rondônia tenha passado de 185.000 para 2 milhões de ha entre 1975 e 1985. Além disso, Rondônia adquiriu a liderança mundial de incidência de malária. A isso precisa acrescentar a expansão do trabalho escravo; este se intensificou nos últimos meses em Rondônia como em outros Estados, a serviço do desmatamento acelerado feito com intuito de, num toque de mágica, transformar latifúndios em empresas rurais. É assim que, no último mês, foi constatada a ocorrência de 4.000 casos de trabalho escravo nas proximidades de Vilhena.

O desempenho do INCRA, no que diz respeito à colonização particular, não foi muito mais feliz. Com a exceção de alguns projetos que registraram algum sucesso, notadamente em Mato Grosso, a colonização particular não levou vantagens para os pequenos produtores. Um exemplo é oferecido pelo Projeto Tucumã que ganhou do governo do Paraná, praticamente de graça, uma área de 400.000 ha localizada próximo a áreas indígenas. O elevado preço de comercialização dos lotes e a concorrência do ouro que atraiu garimpeiros à área afastaram os colonos interessados no Projeto. Estima-se que foi ocupado por uns 5.000 posseiros e garimpeiros. Convencida do fracasso, a Construtora e Colonizadora Gutierrez quer agora revender o Projeto a preço alto ao próprio Estado.

Apesar de—ou graças a— sua estrutura particular, paramilitar, o GETAT não contribuiu tampouco na distribuição de terra aos migrantes do Tocantins-Araguaia. Não passou de emissor de títulos acima do estabelecido em lei; reconheceu e "regularizou" as áreas griladas, acirrando os conflitos. Favoreceu ainda a categoria de empresários rurais pretendentes sobre áreas na faixa de 500 a 3.000 ha, que

constituem hoje a base de sustentação da União Democrática Rural- UDR, concentrada exatamente naquele perímetro de atuação do GETAT (Araguaína, Redenção, Lago da Pedra). O resultado da atuação pode-se medir pelo número de conflitos e de mortes ocorridos na área de sua jurisdição. São mais de 10 povoados violentamente riscados do mapa no Maranhão, pela desestruturação das formas de organização social e produtiva das comunidades camponesas e indígenas.

Para não omitir o IBDF, basta registrar, como exemplo de sua ineficácia, o aumento da área amazônica desmatada que passou agora para uns 20 milhões de ha. Este desflorestamento tem sido feito ao ritmo de 2% ao ano.⁷

3 - O DESEMPENHO DAS GRANDES EMPRESAS

Em contraste com a ineficiência das agências governamentais acima examinadas, pelo menos quanto aos seus objetivos declarados, as grandes empresas, estatais ou privadas, vêm demonstrando uma eficiência exemplar. Os seus objetivos, porém, são os que mais conflitam com os interesses da população cabocla e indígena. Cabe, nesse quadro, examinar o desempenho dos setores energético e mineral.

3.1 - O SETOR ENERGÉTICO

O potencial hídrico da bacia amazônica dificilmente podia deixar de atrair a atenção do setor energético, notadamente pelo baixo custo de geração desse tipo de energia e pelo desenvolvimento da engenharia de construção civil alcançado pelas empresas nacionais. Entretanto, não se pode falar de uma política clara do setor energético que envolva o uso da tecnologia hidrelétrica e nuclear; o investimento exigido para a instalação de dois reatores em Angra dos Reis superou de longe os investimentos feitos pelas hidrelétricas de Itaipu ou Tucuruí; o preço da energia gerada pelo processo nuclear se eleva 3 a 5 vezes ao preço da energia de Itaipu.

Além de uma ineficiente transmissão e distribuição da energia, o Brasil aproxima-se de uma situação real de déficit de energia

.....
7 - LUTZEMBERGER, José A - Vida & Cultura Alternativa, nº 11, junho de 1986, p. 29.

elétrica e a região Amazônica surge como a alternativa explorável mais viável do ponto de vista meramente técnico (ou tecnocrático). Neste sentido, a manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil exigirá, mais cedo ou mais tarde, a ampliação da geração de energia elétrica. O sistema acusa graves desequilíbrios regionais e setoriais. Por exemplo: 60% do consumo é absorvido pela indústria e somente 20% pelo uso residencial; os programas desenvolvidos ou projetados na Amazônia não são destinados para a região, mas sim ao centro-sul.

Os planejadores e executores da política energética, notadamente da Eletrobrás e de sua subsidiária Eletronorte, têm demonstrado uma capacidade técnica notável, servida por uma estrutura eminentemente tecnocrata; mas não deram em sua política sinal de sensibilidade para os aspectos sociais. Isso se reflete nos Planos de Expansão do Setor, com consequências dramáticas para os povos indígenas. São dois: um que abrange o período de 1975 a 1989 e já foi definitivamente aprovado; um outro que se estende até o ano 2.010 e não foi ainda aprovado. Convém saber que o planejamento nesse setor se inicia de 10 a 15 anos antes da sua execução.

O Plano 1989 prevê a recuperação do setor mediante a construção de 34 usinas, das quais 14 vão incidir sobre áreas indígenas, 7, inclusive, já estão em fase de construção. A Eletronorte foi encarregada de implantar 9 usinas na Amazônia, 7 das quais irão causar um impacto direto sobre áreas indígenas (Tucuruí, Balbina, Porteira, Samuel, Ávila, Ji-Paraná...) Várias dessas áreas não foram ainda demarcadas e não é difícil deduzir as razões desse fato. O Plano do ano 2.010 que objetiva a geração de 100.000 MW contempla a instalação de nada menos do que 68 barragens com impacto sobre áreas indígenas na Amazônia.

O Estado, através do sistema Eletrobrás, associa à execução de seus programas grandes empresas como a Camargo Corrêa, Gutierrez, Mendes Jr, Odebrecht ... Embora dispondo de assessoria do meio

ambiente, as empresas não têm demonstrado grande interesse pelos impactos sociais dos projetos, limitando-se praticamente ao reassentamento precário e prejudicial da população atingida e a algumas medidas destinadas à proteção do ambiente físico.

A irracionalidade dos projetos pode ser ilustrada por alguns casos exemplares; um deles é oferecido pela hidrelétrica de Balbina que não atende a qualquer necessidade regional, sendo ainda extremamente predatória e alagando um território sem proporção com a sua capacidade relativamente irrisória de 250 MW. Outro caso é apresentado pelo trio de usinas a serem construídas em Rondônia: os interesses econômicos envolvidos transparecem bastante quando se constata exatamente a participação das 3 grandes construtoras que asfaltaram a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho).

A despeito de todas as suas consequências ambientais e sociais, os Planos têm apoio decisivo do Banco Mundial. Basta observar que, do total dos investimentos concedidos pelo Banco entre 1980 e 1985, 26% foram alocados exclusivamente no setor energético.

3.2 - O SETOR MINERAL

O Setor Mineral é outro que vem desenvolvendo uma política sistemática e persistente. Os grandes e diversos interesses econômicos envolvidos no setor se justificam pelo potencial mineral da região amazônica. A decretação do atual Código de Mineração (D.l.nº227 de 28.12.1967) coincidiu com as grandes descobertas do Carajás e abriu para as mineradoras nacionais e estrangeiras possibilidades ilimitadas de investimentos. As empresas não deixaram de se aproveitar dessas oportunidades. Atualmente cerca de 750.000 quilômetros quadrados são onerados com alvarás nos 9 Estados e Territórios abrangidos pela Amazônia legal; 12.405 quilômetros quadrados já foram objeto de concessão. Nos Estados do Pará e de Rondônia e no Território do Amapá, essas áreas representam entre 22 a 25% da área total. Dado o volume enorme dos investimentos, as empresas não se engajam nas áreas sem ter primeiramente conseguido garantias legais. As empresas contempladas por esse leilão de alvarás são lideradas pelas estatais

CVRD e CPRM e pelas multinacionais privadas British Petroleum, BRASCAN e Anglo-American, que somam 6.588 alvarás. Entre as empresas privadas nacionais, encontramos as construtoras Gutierrez e Cargomo Corrêa, além das mineradoras Paranapanemá e Brumadinho. Tanto pela predominância do capital na produção (43%) como pelo destino desta, a atividade mineradora está na dependência do exterior. A Amazônia torna-se desta maneira um lugar privilegiado para a realização do capital.

As áreas indígenas são diretamente atingidas pela política mineral. Segundo conclusão do Grupo de Estudos do CEDI e CONAGE,⁸⁻⁹ "apesar do impedimento legal, existem atualmente 537 alvarás de autorização de pesquisa e 1.732 requerimentos incidentes em 77 áreas indígenas" num universo de 302 áreas. A extensão do território afetado por esses alvarás de pesquisa é de mais de 37.000 quilômetros quadrados, concentrados no Pará e Rondônia. Deve-se entretanto observar que em 90% dos casos, as empresas não operam ainda na área.

Por um lado, as exigências do grande capital (nacional e transnacional) no sentido de uma melhor definição dos limites territoriais dos seus domínios - para uma melhor inserção no mercado capitalista de terras, em certa medida concorda com a reivindicação dos povos indígenas de demarcação imediata de suas terras. Afinal, o grande capital precisa de um mínimo de estabilidade jurídica e política para desenvolver a sua ação. São eloqüentes as manifestações de entidades representativas das grandes empresas agropecuárias e das colonizadoras privadas, assim como das agências financeiras internacionais (BIRD etc.), a favor da imediata demarcação das reservas indígenas, evidentemente segundo os seus critérios próprios. Oferecem inclusive recursos financeiros. Contudo, é preciso destacar que, se no plano da política as grandes empresas podem somar esforços na luta dos povos indígenas pela demarcação, na prática concreta o conflito vai se revelar, dada a concepção que orienta

.....
8 - RICARDO, C.A. - Empresa de mineração e terras indígenas na Amazônia, S.Paulo, CEDI-CONAGE, 1986. 9 - RICARDO, C.A. e ROCHA, G. Mineração e terras indígenas na Amazônia. Texto apresentado no Seminário "Amazônia", Brasília, 1 a 4/09/86.

a ação do grande capital. A sua lógica não respeita o modo específico de relacionar-se com a natureza, de uso e posse da terra, característico dos povos indígenas. A direção do grande capital, na eventualidade de um processo demarcatório acelerado, pode trazer consequências funestas para a população amazônica. É preciso considerar esses fatores antes de reconhecer as grandes empresas como "aliados eventuais".

Por outro lado, os interesses imediatistas das grandes mineradoras ameaçam diretamente os domínios indígenas, pressionando para uma liberalização cada vez maior da exploração mineral em suas terras.

Na prática o que se quer é a integração dos índios na linha de uma visão etnológica hoje amplamente superada. As empresas têm no Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) um lobby poderoso e atuante junto ao Congresso Nacional e ao governo. Entretanto, graças às pressões dos militantes da causa indígena, o governo se comprometeu, em setembro de 1985, a não conceder novos alvarás de pesquisa em áreas indígenas.

Na luta "pelo lado de baixo do chão" os garimpeiros geram novos problemas para as comunidades indígenas. A "corrida ao ouro" tem de fato provocado a presença de um número elevadíssimo de garimpeiros - estimado em mais de 300.000 - em dezenas de campos de garimpagem, notadamente em Serra Pelada e no Tapajós. O território tradicional dos Yanomami, em Roraima, tem sido também atingido.¹⁰ Em maio de 1985, o dono de transporte aéreo e de garimpos, José Altino Machado, liderou uma invasão da Serra de Surucucus com apoio da Associação dos Faiscadores e Garimpeiros do Território Federal de Roraima, do qual era vice-presidente.¹¹ Conseguiu-se, graças à intervenção das autoridades locais, retirar do local os invasores que se tinham dis-

10 - URIHI - Boletim da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, S. Paulo, nº 2, fevereiro de 1986.

11 - ANDUJAR, Cláudia, Garimpeiros e Mineradores disputam Surucucus: Povos Indígenas no Brasil, 1984. Aconteceu Especial 15, São Paulo, CEDI, 1985.

farçado em soldados do Exército. Mas nota-se a persistência dos garimpeiros em outros sítios como no garimpo Apiaú no vale do rio Uraricaã.

A nova forma empresarial de organização da produção garimpeira tem igualmente estimulado em outros lugares esse tipo recente de ator no cenário mineral, que são os empresários reunidos em poderosas associações - como em Serra Pelada, Marabá e Rondônia. O estilo desses donos de garimpos visa criar fatos consumados através de invasões sistemáticas. São responsáveis pelo surgimento de conflitos, inclusive entre empresas e garimpos, como pela pressão sobre áreas indígenas muitas vezes presas entre uns e outros como "sanduiche".

Um exame mais detalhado do impacto dos projetos de mineração pode ser feito a partir de dois exemplos típicos: o Programa Grande Carajás - PGC, de responsabilidade estatal, no Pará, e um empreendimento de uma grande empresa privada nacional, a Paranapanema, nas terras dos Wamirí-Atroari, no Amazonas.

O PROJETO GRANDE CARAJÁS - PGC

É bastante difícil analisar o PGC, pois o processo decisório no que concerne ao seu desenvolvimento é muito fechado, sigiloso, e as informações que se podem conseguir são muito fragmentadas.¹²

Como se sabe, o PGC cobre mais de 200 municípios no norte do País (131 no Maranhão, 70 do Pará e 17 no norte de Goiás) - um conjunto de 900.000 km², abrigando aproximadamente 8,5 milhões de habitantes. A ideologia do Projeto insere-se na concepção ianque de "industrialização", ainda que obsoleta, da fronteira amazônica. Nesse sentido promove os interesses das grandes empresas mineradoras nacionais e estrangeiras, e das empresas de ferro-gusa e ferro-liga do sudeste de Minas Gerais, ameaçadas pela extinção das florestas locais e pelas tensões em torno da posse da terra.

Da maneira como está se desenvolvendo, o PGC constitui um

.....

12 - FERRAZ, Iara, Programa Grande Carajás. Avaliação e Perspectivas. Roteiro para exposição no Seminário sobre Amazônia, Brasília, setembro de 1986.

espaço geopolítico privilegiado para empreendimentos de alta tecnologia dispensando o uso intensivo de mão-de-obra na fase da produção. O carro-chefe do Programa, na concepção de seus planejadores, é o projeto Ferro-Carajás, destinado a exportar 35 milhões de toneladas de minério por ano a partir de 1987, através de uma ferrovia de 890 quilômetros. O PGC é financiado pelo Banco Mundial e por vários países do Mercado Comum Europeu. Além do Projeto Ferro, inclui ainda duas fábricas de alumínio - a ALUMAR em São Luís e ALBRÁS - ALUNORTE em Barcarena, Belém, e a usina de Tucuruí.

O Conselho Interministerial do PGC, criado pelo DL nº 1813 de 24.11.80, estabeleceu uma política de incentivos fiscais que, na prática, veio substituir a SUDAM, esvaziando esse órgão do pouco que lhe restava de poder. Esses incentivos implicam em isenção por 10 anos de impostos de renda sobre produtos industrializados e de circulação de mercadorias, buscando fixar nesse espaço inarticulado, atividades industriais e agropecuárias que lhe dêem alguma consistência. Já foram aprovados 45 projetos em 10 polos industriais: São Luís, Rosário, Santa Inês, Açailândia e Imperatriz, no Maranhão; Barcarena, Marabá, Parauapebe e Carajás, no Pará; e Araguaína em Goiás. Esses projetos representam um investimento de 14 bilhões de dólares na proporção de 85% para os 23 projetos do Pará, 14% para os 21 do Maranhão e 1% para o projeto de Goiás. O PGC vem sendo implantado implacavelmente pelo Conselho Interministerial através de sua Secretaria Executiva e pela CVRD, dois grandes poderes do Estado, sem, entretanto, ao que tudo indica, maior entrosamento e maior integração entre ambos. Tudo isso sem consulta às populações locais em geral e às populações indígenas em particular. Sem, também, respeitar os direitos dos cidadãos: as expropriações de pequenos proprietários e posseiros são feitas de modo autoritário e coercitivo, como no bairro do Anjo da Guarda, em São Luís, no Alto Alegre e em Cinelândia, no Maranhão. Esses produtores são expulsos sem poderem ter acesso aos procedimentos burocráticos e políticos das indenizações, ficando à mercê do despotismo administrativo. Parte da população desenraizada foi assentada pelo GETAT

nos projetos de colonização do Carajás, em condições precárias que levaram a um índice nunca visto de desistência (70% segundo algumas estimativas). Vão formar uma mão-de-obra disponível e barata para os projetos industriais; vão se tornar possivelmente carvoeiros que transformarão a sua floresta em combustível para as usinas de ferro-gusa. Com base numa estimativa de um ha de floresta desmatada para cada 36 toneladas de ferro-gusa, estima-se a 13.000 ha/ano o desmatamento necessário para atender a meta, já aprovada, de 472 ton/ano. As previsões da SEPLAN, inclusive, elevam-se até 80.000 ha/ano. Fala-se de reflorestamento por espécies homogêneas, mas seria bom lembrar a esse respeito a experiência negativa do Jari...

Os mais fatalmente atingidos pelo projeto são evidentemente os povos indígenas remanescentes de investidas anteriores. São 23 áreas abrigando cerca de 12.000 índios e das quais apenas 40% são demarcadas, entre elas, as do Guamã, dos Suruí, dos Gavião e dos Xikrim. Um terço de todas essas áreas já foram, aliás, invadidas.

Por pressão do Banco Mundial, a CVRD foi obrigada a estabelecer com a FUNAI, em junho de 1982, um convênio para "projetos de apoio" no valor de 13,6 milhões de dólares a serem aplicados num prazo de 5 anos. Mas, na verdade, 60% dos recursos que foram aplicados até junho de 1986 não foram de interesse real dos índios; foram absorvidos em boa parte pela melhoria de infra-estrutura da FUNAI, a manutenção dos postos e a distribuição de "miçangas tecnológicas" (tratores, caminhões etc...).

Não causa estranheza, portanto, que o PGC tenha sido objeto de críticas repetidas e sistemáticas dos mais diversos segmentos da sociedade, como tem sido manifesto em reuniões da SBPC, no Simpósio Alternativas para Carajás, em artigos e relatórios de revistas científicas ou de larga divulgação. Todas as críticas apelam para um amplo debate nacional, para a participação nas decisões por parte das populações diretamente envolvidas e da comunidade científica, para encaminhamento ao Congresso Nacional dos Planos e Projetos relativos ao PGC etc.

A PARANAPANEMA NAS TERRAS WAIMIRI-ATROARI

Os Waimiri-Atroari ocupam uma área de 18.500km² no município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas. Nos últimos anos, sua população diminuiu tragicamente passando de cerca de 3000 para menos de 500 pessoas. Hoje, essa área está sendo igualmente invadida.¹³

Faz tempo que essa área e outras circunvizinhas estão atraindo madeireiros, garimpeiros e mineradores, provocando atritos e conflitos com índios, resultando, inclusive, em mortes. Mas é a partir da II Guerra Mundial que essa região foi objeto de reconhecimentos sistemáticos por nacionais e estrangeiros em busca de seus recursos naturais, notadamente minerais. Já em 1967, a abertura da rodovia BR-174, ligando Manaus a Boa Vista, destinava-se, em boa parte, a facilitar a pesquisa mineral. Coincidentemente, em 28.12.1967, era editado o DL nº 227 (Código de Mineração) estimulando grandes investimentos e autorizando a entrada de capitais estrangeiros no setor brasileiro da mineração. Não é por acaso que dessa época datam exatamente os grandes levantamentos executados em toda a Amazônia em cooperação com os Estados Unidos. A existência de áreas indígenas protegidas por lei impedia, naturalmente, o livre acesso, em toda a sua extensão, daquele espaço; a presença das nações indígenas incomodava. Fazia-se, portanto, necessário reduzir esse incômodo. Em julho de 1971, o presidente Médici assina o Decreto nº 68.907/71 que cria a reserva Waimiri-Atroari, reduzindo porém em aproximadamente quatro quintos o território ocupado imemorialmente por esses povos. O impedimento estava resolvido e o campo aberto para o capital.

Em 31.01.79, uma filial da empresa Paranapanema, a Timbó-Indústria de Mineração Ltda., recebe 5 alvarás de pesquisa de cassiterita, na cabeceira do rio Watumã, num perímetro qualificado de "terrenos devolutos". Na verdade, segundo o próprio parecer de um funcionário da FUNAI, 80% das áreas mencionadas desses alvarás, incidem na reserva indígena. A direção da FUNAI e o Ministério do Interior, porém, em conivência com a empresa, não se pronunciaram a respeito, man-
.....

13 - SCHWADE, Egydio e Doroti, As terras Waimiri/Atroari no ciclo do minério. Relatório mimeografado, 21.04.1985.

tendo a indefinição sobre os verdadeiros limites da reserva, principalmente na sua parte noroeste, precisamente na área cobijada pela empresa. Em 1980, entretanto, um grupo de trabalho instituído "para a redefinição da Reserva Indígena" e "retificação do Decreto nº 68.907/71" conclui que "não foi constatada a presença de índios no limite Nordeste da Reserva Waimiri/Atroari", "nem que a região em apreço seja de perambulação de indígenas". Em consequência, pelo Decreto nº 86.650, de 23.11.81, o presidente Figueiredo declara a reserva simplesmente "interditada temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas". Essa declaração descaracteriza totalmente o estatuto da reserva, em proveito da Paranapanema que solicita imediatamente, em 21.12.81, autorização para abrir uma estrada nessa área "interditada temporariamente", para transporte de maquinária e gêneros destinados às minas do rio Pitinga. Abre logo uma picada e atua na área, a despeito da manifestação do delegado da 1ª D.R. da FUNAI, que a considera, em contradição com o grupo de trabalho, "habitada e perambulada constantemente por índios Atroari", em ambos os lados do rio Alalaú. Trata-se, portanto, de uma verdadeira invasão.

Em decorrência da importância mineral de seu território e da consequente entrada das empresas mineradoras, os índios não somente estão perdendo o domínio imemorial de suas terras mas passam ainda a viver numa dependência crescente da FUNAI e da Paranapanema. A cada homem índio adulto corresponde um funcionário da empresa atuando na área. A escassez de caça obriga os índios a recorrer a alimentos industrializados fornecidos pela Paranapanema. A organização tradicional dos Waimiri/Atroari, suas culturas, seus valores estão desastrosamente ameaçados. O Estatuto do Índio está totalmente desobedecido e os índios desrespeitados.

4 - A PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS MULTILATERAIS: O BANCO MUNDIAL

O papel do Estado brasileiro na ocupação da Amazônia está sendo articulado com a política do Banco Mundial. Essa articulação é

.....
14 - RICH, Bruce, Manejo Ambiental e bancos multilaterais de desenvolvimento Ecology Law Quarterly v. 12 nº 4

particularmente evidenciada no caso do Polonoroeste.

O Banco Mundial foi criado com o nome de Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, juntamente com o Fundo Monetário Internacional - FMI, no fim da II Guerra Mundial. Ambos integram a ONU. Posteriormente foram criados, dentro do quadro da ONU, outros bancos multilaterais voltados para os três grandes continentes do Terceiro Mundo; para a América Latina foi instituído o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 1959.

O objetivo geral do Banco Mundial, quando da sua criação, era de reconstruir e fortalecer o capitalismo e a democracia liberal atingidos pelo nazismo e ameaçados pelo comunismo. Com o fim da reconstrução européia através do Plano Marshall e o desmoronamento dos impérios europeus, o Banco passou a ser o órgão internacional de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Na linha de sua filosofia, a defesa da propriedade privada ameaçada pela proposta coletivista do comunismo passou pela disseminação e modernização da pequena propriedade do tipo camponês. Daí o peso dado a um conjunto de programas em execução no Brasil como os diversos Projetos de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI's, e o Polonoroeste.

O Polonoroeste é um grande instrumento de intervenção com vistas à transformação dos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Envolve os projetos de colonização oficial, a reconstrução e o asfaltamento da BR-364, a abertura de estradas vicinais e a criação de núcleos de apoio rurais. A diferença de outros é que esse programa é um elefante branco de tipo "social". Envolve recursos da ordem de US\$ 1,5 bilhões sendo US\$ 800 milhões para o asfaltamento da BR (isto é, uns US\$ 2 milhões por km).

O modelo implícito no Polonoroeste é orientado, na verdade, para a criação de uma classe média rural que absorva, na produção, insumos industrializados com reflexos positivos para a indústria do centro-sul.

Em virtude de "distorções" verificadas na aplicação do Pro

grama, o financiamento do BIRD foi suspenso no início de 1985, mas logo reativado com a Nova República. Esse fato demonstra a possibilidade de pressões junto ao Banco no sentido de interferir na execução do Programa, prevenindo ou corrigindo distorções.

Essa possibilidade se fundamenta no exercício crescente da cidadania e no fenômeno recente da multiplicação de organizações civis e associações políticas nos Estados Unidos, voltados principalmente à defesa do meio ambiente e das minorias. É assim que se formaram "lobbies" ambientais que pressionam sistematicamente o Congresso. Para obter êxito, porém, as pressões exercidas devem ser apoiadas em informações precisas, documentadas e em demandas concretas. Algumas companhias já têm conseguido resultados parciais em forma de recusa de financiamento para projetos energéticos desprovidos de garantia de proteção ambiental. Esses mecanismos não deixam, entretanto, de ter um alcance bastante limitado e não podem, em hipótese alguma, substituir as ações diretas exercidas no país.

A RESISTÊNCIA DOS MARGINALIZADOS

Os povos nativos, donos de direito das terras amazônicas, e as populações caboclas que contribuíram para a formação da atual organização social amazônica estão se encontrando numa situação de crescente marginalização. Eles se sentem desrespeitados e cruelmente dominados tanto pelas agências governamentais clássicas quanto pelas empresas estatais e privadas. São reprimidos pelo Estado, seu ambiente está sendo saqueado e destruído, seus valores constantemente agredidos.

Essas populações, entretanto, não permanecem passivas. Elas começam a resistir e, progressivamente, a organizar sua resistência. Trata-se de uma luta terrivelmente desigual, principalmente quando devem enfrentar as grandes empresas, personagens anônimas, impassíveis e devotadas exclusivamente ao culto do capital. Atrás dessas grandes empresas encontram-se os atores ausentes e invisíveis que o capitalismo moderno criou: os interesses econômicos organizados de forma monopolista, com seus "lobbies" extremamente eficientes. Só uma

organização dos marginalizados poderá se contrapor à força do capital.

Nesse sentido, é interessante destacar a luta dos seringueiros. O poder das grandes empresas e o caráter megalomaniaco de seus projetos fazem, às vezes, esquecer a importância econômica e social do extrativismo na Amazônia. No Acre, por exemplo, esse setor é responsável pela sobrevivência de pelo menos 20.000 famílias e um terço do Estado vive da economia da borracha.

A percepção dessa importância tem levado à busca de alternativas que não destruam as formas de organização dos seringueiros. Faz 8 anos que se começou em Xapuri um trabalho de agrupamento e organização dos seringueiros. Em outubro de 1985, reuniram-se em Brasília no I Encontro de Seringueiros, que resultou na criação do Conselho Nacional de Seringueiros. (15)

Uma das propostas hoje adotadas pelo movimento é a criação de reservas extrativistas; elas seriam constituídas mediante a regularização fundiária de uma vasta área de seringais de uso comum, sem distribuição individual da terra. Seria a "Reforma Agrária dos seringueiros". Um passo importante para a implantação desse regime de reserva extrativista seria a realização de uma primeira experiência piloto.

O Conselho Nacional está pensando também na ampliação e extensão de sua proposta a outros tipos de extrativismo que não o da borracha - como por exemplo o da castanha, do babaçu - à exploração da floresta em geral, como base genuína do desenvolvimento na Amazônia - um extrativismo não predatório que mantenha o equilíbrio homem-natureza.

Os povos indígenas sentem também cada vez mais a importância e a absoluta necessidade de sua união. Nesse sentido merece destaque a União das Nações Indígenas (UNI) que, através de mil dificuldades, busca reunir num só movimento organizado, a luta dos diversos povos indígenas, mediante encontros e congressos, inclusive com participação no movimento mundial dos povos indígenas.

6. CONCLUSÃO

Frente ao diagnóstico descritivo das ações, métodos e lógica do sistema capitalista vigente para a Amazônia, procurou-se estabe-

lecer alguns pontos para um enfrentamento mais eficaz com esse quadro, na luta por alternativas que assegurem a vida dos povos indígenas, com autonomia e liberdade. E que propiciem à toda população amazônica a preservação dos recursos naturais, através da exploração não-predatória, garantindo-lhes a participação ativa nas decisões que afetem a região.

Elencaram-se as seguintes prioridades:

a) intensificar a informação aos povos indígenas e população regional da Amazônia, acerca dos planejamentos feitos para a região. Proporcionar-lhes condições para que consigam, eles mesmos, analisar a dimensão desses planejamentos. Capacitar pessoas, incluindo o conhecimento das línguas indígenas, para facilitar a transmissão de informações e métodos de análise. Procurar, na medida do possível, que as informações precedam a implementação dos grandes projetos;

b) incentivar a formação de quadros entre os próprios povos indígenas, em condições de, mantendo-se junto à sua gente, compreender e transmitir-lhe essas informações;

c) apoiar a organização dos próprios índios, principalmente através da UNI - União das Nações Indígenas;

d) buscar alternativas técnicas que respondam às demandas de bem-estar social do povo amazonense e brasileiro, sem agredir o meio ambiente, e os modos de vida tradicional das comunidades indígenas e amazônicas;

e) socializar para os povos indígenas e comunidades da Amazônia as experiências de resistência por parte de grupos humanos já atingidos por grandes projetos;

f) dinamizar as alianças entre os povos indígenas e segmentos da população amazônica e brasileira, bem como a intercomunicação entre as organizações de apoio aos vários setores, a nível nacional e internacional;

g) realizar campanhas centradas sobre episódios exemplares, para mobilizar a opinião pública em torno dos interesses dos povos indígenas e amazônicos que estejam na iminência de sofrer prejuízo com a implementação de projetos econômicos ou outros.

A amplitude dos itens acima determinou, também, o consenso sobre a necessidade de aprofundar determinados aspectos, onde ainda a capacidade de resistência dos povos indígenas e seus aliados é fraca.

Admitiu-se, também, que a força do movimento indígena, indigenista e popular é ainda incapaz de deter o avanço do capital sobre a Amazônia. Mas são possíveis ações que retardem este avanço, proporcionando condições para a mobilização mais ampla da sociedade brasileira para a discussão do modelo que está sendo imposto e para a elaboração conjunta de alternativas de desenvolvimento.

Brasília-DF, novembro de 1986

Secretariado Nacional do
Conselho Indigenista Missionário

Observ. esta síntese foi elaborada por Jean Hebette sendo posteriormente revista e completada pelo IBASE e Secretariado do Cimi.

TEXTOS UTILIZADOS PARA O SEMINÁRIO "AMAZÔNIA" EXISTENTES NO
IBASE e/ou NO SECRETARIADO NACIONAL DO CIMI:

1. Agrarian Crisis in Brazilian Amazonia: The Grande Carajás Programme.
De: Anthony Hall
2. Colonización y Expansión de la Frontera Agrícola en Brazil: Evaluación y Evaluaciones, in: Memorias del Congreso Latino Americano de Población y Desarrollo, celebrado en la ciudad de Mexico del 8 al 10 de noviembre de 1983.
De: George Martine
3. Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola (Revista de Economia Política, V. 2/3, julho/setembro, 1982)
De: George Martine
4. Recent Colonization Experiences in Brazil: Expectations versus Reality
De: George Martine
5. Mineração e Terras Indígenas na Amazônia (Texto apresentado no Seminário "Amazônia", CIMI, Brasília, 1-4 setembro/86). Grupo de Estudos CEDI/CONAGE
De: Carlos A. Ricardo e Geroncio Rocha
6. Manejo Ambiental e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. (Artigo traduzido por Júlio Gaiger da Revista Cultural Quarterly, V.10, nº 1, 1986)
De: Bruce Rich
7. Dossiê Amazônia, IBASE
8. A Resistência dos Posseiros no Grande Carajás
De: Jean Hebette (NAER/UFPA)
9. A Luta pela Terra na Região do Programa Carajás
De: Joana Campos Cruz
10. O Processo de Industrialização nos Vales do Araguaia-Tocantins e do Pindaré
De: Maria Hercília C. Salles
11. Mataram a Pobreza (Condições de Vida de Famílias de Trabalhadores Rurais expropriadas pela CVRD e assentadas no Morro Pelado, em São Luís, MA)
De: Maristela Andrade e Célia Maria Corrêa

12. Fábricas de Poluição (Notas sobre as consequências da implantação do Projeto Carajás na região de Açailândia, MA)
De: Eliana Durans
13. Avaliação dos Incentivos Fiscais na Amazônia
De: José Garcia Gasques e Orlando Yokomizo
(IPEA, Brasília, dezembro/1985)
14. World Bank Dam Loans to Spur Amazon Hidro-Development
De: Glenn Switks (International Dams Newsletter, september 1986)
15. Carajás: O Brasil hipoteca seu futuro. IBASE 1982
16. Carajás: A invasão desarmada. Petrópolis, Vozes, 1984
De: Raymundo Garcia Cota
17. Situação das terras do Polonoroeste. FIPE
18. As terras Waimiri/Atroari no ciclo do Minério
De: Egídio e Doroti Schwade - MAREWA
19. Conclusões do 1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia
11 a 17 de outubro de 1985, Brasília-DF

OBSERVAÇÃO: Quem estiver interessado poderá solicitar cópia destes textos ao Secretariado do CIMI ou IBASE, pagando o custo da cópia.

Brasília, novembro de 1986

SEMINÁRIO DA AMAZÔNIA

PAINEL DE REPRESENTANTES DA UNI, DO CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS, DA CPT E DA ASSOCIAÇÃO INTERÉTNICA DE DESENVOLVIMENTO DA SELVA PERUANA, AIDSESEP.

AILTON KRENAK: - Movimento e organização indígena

"Durante estes dias, nos apresentaram um quadro da realidade da Amazônia, que é extremamente crítico. Foram feitas várias referências ao impacto que cada um desses programas teriam, ou tem sobre as terras e populações indígenas, sobre as populações ribeirinhas. Em suma, o que ficou patente para todos que estiveram participando dessa série de exposições e debates é que sobretudo o processo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro - e nós podemos ir até um pouco mais além - não só pelo governo brasileiro, mas a estratégia para a América Latina, assim como para todo o Terceiro Mundo, é uma estratégia de saque. Da mesma maneira como os piratas desciam no Caribe, para saquear a costa nos séculos XVI e XVII, os piratas modernos continuam saqueando a América. Só que agora eles não estão saqueando com trabuco. Eles estão saqueando com computadores, satélites. Sofisticaram muito mais os meios. No lugar de piratas truculentos, eles estão botando executivos, presidentes democratas, parlamentares vacinados. E tudo isto é uma orquestra montada, para que o fluxo de sangria da América Latina continue vivo. É para não permitir de maneira alguma que se estanque essa veia aberta na América Latina. Enquanto tiver um grama de minério, algum rio correndo ou uma floresta em pé, haverá algum doido inventando e justificando programas, que chamam de desenvolvimento.

Agora, o que é importante nesse quadro extremamente absurdo, contrário à possibilidade de vida e desenvolvimento do ser humano é que as populações, que formam as várias regiões onde esses programas são colocados, passaram a desenvolver formas de articulação - que ainda são muito frágeis - mas são formas de articulação e de compreensão desse processo, para tentar reagir.

É dentro desse quadro que entra a organização indígena, ainda muito nova se nós considerarmos que foi na década de 70 que se iniciou a organização de um movimento indígena a nível nacional. Até aí nós tínhamos resistências isoladas de um e de outro grupo aos processos de violência e de roubo. O movimento indígena é recente - cinco anos - o que é muito pouco tempo para um movimento, que abrange 180 nações - se organizar e se articular num território tão amplo como o Brasil. Mas tem permitido pelo menos que esse movimento vislumbre alguns caminhos, algumas possibilidades. E é dentro desse quadro de possibilidades que se armam as estratégias que o movimento tem colocado em prática até hoje. Nem sempre são estratégias muito claras, mesmo para o próprio movimento.

As alianças, que são articuladas a partir da definição das estratégias do movimento, vão surgindo a partir da identificação de interesses e de condições.

Eu creio que nos dois ou três primeiros anos da União das Nações Indígenas, nós tivemos muito mais trabalho a nível interno das comunidades, no sentido de esclarecer o que é essa idéia de organizar um movimento indígena a nível nacional, de convencer - e muitas vezes com muita dificuldade - aos parentes que estão vivendo isolados numa determinada região, que ainda têm uma cabeça muito tribal, que ainda têm uma concepção do mundo que não vai muito além da sua relação com o seu território e com o seu povo imediato. Então esses parentes que partem de uma estrutura tão originária e original, que é a tribo, para entender a loucura que é o Brasil e para entender as conexões que tem com a América Latina e com o mundo em que nós vivemos, que chamamos de Terceiro Mundo. Porque a idéia de Terceiro Mundo pode até ser mais ou menos precisa para uma pessoa que tem idéia do que é o mundo, em primeiro lugar. Mas, você não vai conseguir nunca expressar para um seringueiro e um índio, que estão lá no meio do mato, para um pescador que está lá na beira do rio, essa idéia de Terceiro Mundo, essa idéia de aliados, essa idéia de explorados. Porque são grupos humanos que vivem, na maioria das vezes, sob ameaças. E tudo o que é de fora, mesmo que seja um potencial aliado, é inimigo, é estranho.

É nesse sentido que nós trabalhamos nesses três primeiros anos do movimento, tentando consolidar uma organização por dentro, tentando estabelecer possibilidades, estabelecer linhas de organização do movimento.

Eu creio que, se o movimento hoje consegue já alinhar algumas propostas de articulação com os seringueiros, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a Central Única dos Trabalhadores, é porque esse movimento conseguiu se definir minimamente, conseguiu definir seu contorno. Talvez o movimento indígena tenha conseguido firmar uma imagem para que as possíveis alianças fossem surgindo.

Então nós estamos aqui com companheiros que vão estar colocando, em linhas gerais, as estratégias de luta, as alianças que surgiram, ou que se apontam como perspectiva para a gente poder incrementar um processo, que é extremamente brutal, com relação à ocupação da Amazônia, não só da Amazônia brasileira, como, na verdade, de toda essa região amazônica."

ÁLVARO TUKANO: - União, alianças e Constituinte

"Eu achei importante este Encontro aqui em Brasília, juntamente com pessoas ligadas à questão indígena e aos interesses das populações brasileiras. Isto me deu muita coragem, porque descobri muito mais perigo que eu imaginei.

Nós tivemos uma reunião com as lideranças indígenas e discutimos sobre Constituinte, que deveria ser para todos...

O movimento indígena é talvez muito mais importante do que a própria Constituinte. Nós precisamos de união, em primeiro lugar entre os índios, fazer alianças com as pessoas das entidades. Então, por esta razão nós decidimos que a minha candidatura é inviável, primeiro por uma questão técnica. Estou tendo problema burocrático dentro do Partido aí. O problema é do Partido. Então, a minha candidatura não vai sair por isso, mas eu continuo fortalecendo o movimento indígena, eu vou continuar combatendo contra as empresas mineradoras, contra a própria FUNAI. E minha candidatura significava menos uma força para o próprio movimento, para as próprias Entidades, para todos os contatos que temos feito com os diversos Sindicatos e as diversas classes sociais. Então, por esta razão, eu retiro a minha candidatura diante de vocês e continuo com o movimento indígena.

E para explicar a importância do movimento indígena a nível de Bacia Amazônica, eu vou passar a palavra ao Evaristo, porque ele é uma das pessoas que tem experiência na terra dele e com uma organização internacional. Porque nós estamos querendo futuramente consolidar uma organização não governamental a nível da Bacia Amazônica. Então precisamos do apoio de vocês aí. Com o conhecimento que vocês têm, vocês poderão ser úteis, não somente para as questões indígenas, mas para toda a humanidade.

EVARISTO NUGKUAG IKANAN: - Organização: comunitária, nacional e internacional.

"Mais uma vez eu gostaria de apresentar-me. Chamo-me Evaristo Nugkuag Ikanan.

Tenho o cargo de Presidente da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana - AIDSESP. Também estamos trabalhando a nível de coordenação das organizações indígenas de vários países da Bacia Amazônica.

Vocês de diversas personalidades e identidades importantes, devem entender: - Por que é que nós nos organizamos? Por que?

É uma pergunta que eu faço. Com base nisso temos que orientar-nos, nossa cultura, meta, como povo indígena. Organização não nasce simplesmente porque queremos. A razão é que existem necessidades, existem problemas, e estes problemas nos motivam para que possamos iniciar uma organização.

Organização, para nós, se entende organização comunitária, organização nacional e organização internacional. Eu considero essas três coisas muito importantes. Se nós nos organizamos primeiro a nível internacional, sem ter esses dois primeiros tipos de organização, não tem nenhum sentido e nenhuma força.

Por outro lado, se nos organizamos a nível nacional, só a nível nacional, sem nos organizarmos por comunidade, também não temos força.

É muito fraco. É como uma casa, só com telhado e sem pilares. O vento pode derrubar.

Creio que muitos de vocês já estiveram em comunidades indígenas. Devem conhecer bem a organização comunitária ou, ao menos, devem ter visto. Organização comunitária é o eixo principal para o futuro da luta em nossos povos indígenas. Uma vez consolidada a organização comunitária, passamos a fazer a organização nacional, que é a UNI, no Brasil, que é AIDSESEP, no Peru, que é CONFENIAE, no Equador, CIDOB, na Bolívia, ONIC, na Colômbia, e outros mais países no mundo hoje.

Mas, entre as organizações dos povos indígenas há muitas organizações, iniciadas pelo próprio povo indígena ou iniciadas por alguma concepção indigenista de cima, ou por interesses do governo. Há muitas organizações que confundem instituições que têm interesse em colaborar. E também entre nós mesmos há confusão. Por isso, a estratégia, quando falamos nas táticas indígenas, deve ficar no mais absoluto segredo. Os civilizados fazem propaganda quando apenas está havendo uma assembléia comunitária...

Nós estamos nos preparando para a luta. Então, os indígenas tem que organizar-se muito discretamente. Uma vez alcançada a organização comunitária, passamos a nível nacional. Para o trabalho a nível nacional, aí sim, não se pode trabalhar discretamente, porque, de qualquer forma, vão chegar a descobrir.

Agora, creio que muitas organizações no mundo, dos povos indígenas, nós conhecemos e estamos tendo contatos. Em muitas ocasiões, entidades como o CIMI e outras entidades de países irmãos e de outro mundo, nos convidaram a participar de eventos importantes, o que nos tem permitido ter contatos com outros irmãos indígenas. Porque fazem mais ou menos quatro décadas, muito mais talvez, que nós indígenas fomos muito desconhecidos, abandonados. Nunca se sabia se existíamos na Amazônia. Ninguém nos conheceu. Mas, nosso esforço e o interesse de colaborar por parte de vocês, nos permitiu contactar com outras organizações nacionais e a nível internacional. Agora, neste momento, os irmãos dirigentes são a nível nacional. Então, atualmente temos um contato a nível internacional. Eles têm muita experiência a nível nacional. Quem vos fala tem também um pouco de experiência.

Agora, o que falávamos sobre estratégia, é muito rápido para resumir. Mas é importante que vocês saibam o motivo. (O tempo, para o indígena, é muito incômodo. Posso ao menos falar dois minutos, se vocês me permitem).

A nível internacional, para nós, o que queremos, o que buscamos de estratégia é que, uma vez vocês sabendo que existem organizações a nível comunitário, nacional e internacional, estamos em contato, então devem procurar nos comunicar se os irmãos, a nível comunitário, têm problemas e podem comunicar-se nacionalmente, dentro de seu país. As entidades onde estão vocês devem comunicar-nos, para que nós, a nível internacional, possamos tomar alguma medida para poder apoiar os seus irmãos. E vice-versa. Esta é uma estratégia que buscamos.

Outra estratégia é que esse tipo de colaboração, de solidariedade, deve ser de uma forma inteligível, deve ser colocada pelas próprias organizações. E as entidades devem recorrer quando a organização nacional pede que se faça, e não porque ocorre à entidade. Aí também muitas vezes a divulgação não acontece, se emperra. Penso, e estou seguro, que a luta será alcançada. E vamos alcançar.

E para terminar, espero que o nosso contato com os irmãos e com vocês não seja o primeiro e nem o último. Aqui e em outros países gostaríamos que qualquer das entidades que vocês conhecem nos indiquem, nos permitam dialogar com vocês e com os demais cidadãos, para informar sobre a realidade que estamos vivendo. Em outras ocasiões poderemos falar muito mais. Muito obrigado!

... Como eu já dizia no começo, a nível nacional temos muitos problemas. Não posso repetir. Vocês já disseram qual é o problema nacional, aqui no Brasil. Semelhantes são os problemas do Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Venezuela, etc. E nós entendemos que existe um acôrdo entre os governos destes oito países que formam a Bacia Amazônica. Estes governos firmaram um Pacto Amazônico, para dar recurso, desenvolvimento aos países que se encontram em crise. Através do desenvolvimento, destruindo a ecologia ambiental a Amazônia. Para nós, é um suicídio este acôrdo. Sinto mais porque nós indígenas vivemos ali.

Em várias reuniões, em cada país onde estivemos, convidamos, como irmãos indígenas, vários irmãos do Brasil e de outros países vizinhos, para discutir nosso futuro, nosso trabalho e nossa futura colaboração. E chegamos a constituir-nos como uma instância, que chamamos "Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica". Esta Coordenadoria não é uma entidade que quer ter uma organização de cúpula, e sim, em cada país estamos trabalhando com força, porque os inimigos, as Empresas, as Companhias, que vocês nos possibilitaram conhecer neste Seminário, problemas que as Companhias e as Empresas trazem ao Brasil, o mesmo se passa também em outros países. Estes problemas nos motivam a trabalhar com rapidez. Por isso, nosso povo indígena tem que ser consciente desde o começo, comunitariamente. Por isso, é importante que, se os nossos irmãos não entenderam a nível de comunidade, não haverá muita força a nível nacional, e muito menos a nível internacional. Por isso, é importante se organizar a nível de comunidade. Então, estes problemas que são mencionados a nível de Amazônia, nos fizeram pensar, nos preocuparam bastante no sentido de que não se pode obstaculizar ou atacar estes projetos gigantescos do governo, porque estes projetos surgiram sem se interessar por nós indígenas que vivemos na Amazônia. O que interessa é o desenvolvimento econômico.

A Coordenadoria tem a função de manter uma comunicação permanente. Quando um documento da UNI chega à Coordenadoria, temos que distribuir a outros países, seja ao Equador, Colômbia e outros. Inclusive temos que mandar a outras entidades ou instituições de solidariedade

de internacional e também instituições não indígenas. Porque tivemos ocasião, em três oportunidades, nas Nações Unidas, onde são apresentados pacotes de problemas. Mas, não temos visto nenhuma vez que problemas da Amazônia tenham sido apresentados nesta instância (da Organização das Nações Unidas). Ninguém sabe da Amazônia. Somente são apresentados problemas gerais. Mas, quando estivemos lá, falamos concretamente dos problemas da Amazônia. Muitas instituições, muitas pessoas que têm interesse em colaborar com o povo indígena ficaram muito impressionados. E nós queremos continuar. Mas, os fatores que não nos permitem são:

1º) Não podemos ter pessoal suficiente para levar o nosso trabalho a nível internacional.

2º) Não contamos com recursos suficientes para poder dispor de documentos, chamadas de longas distâncias, para poder avançar em apoio aos irmãos que se encontram prejudicados.

Diante desses dois fatores, nós buscamos entidades que colaboram diretamente com os povos indígenas. Se nós não temos recurso, estas entidades têm que colaborar conosco e, neste caso, falando no Brasil, CIMI, por exemplo. Creio que o CIMI está distribuído em todo o país, para conhecer melhor o problema. E desde logo também apoiar a estes povos indígenas.

Em nosso país, é tudo ao contrário. Nós nos achamos sós. Entidades como o CIMI, e outras que existem, não fazem questão de meter-se. Dizem que este é um problema político. Alguém dizia que o indígena não é questão folclórica, e sim, um problema político, que deve ser tratado no Parlamento e em outras instâncias do governo. Muitos intelectuais, porém, têm preconceitos de que o indígena é simplesmente um enfeite da Amazônia. Tem que ser mantido assim, intacto. Isto é um equívoco. Estou vestido assim. Isto não significa que já deixei de ser indígena. Nós temos nossa lei interna, nós temos nossos pais, irmãos e comunidades. E estamos preocupados com o nosso povo. Muitas pessoas não entendem isso, os pesquisadores principalmente. No Peru, o que fazem é simplesmente entrar na Amazônia, onde estão os indígenas, para tirar fotografia e para fazer perguntas. O que procuram é investigar e nada mais. Teses de doutorado, magistrado, etc. Este é o problema no Peru.

No Brasil tenho visto, pessoalmente, que é o contrário. Não estou aqui há muito tempo. Apenas 3 ou 4 dias. Penso que o CIMI está cumprindo algo que a própria missão permite, que deve colaborar com as comunidades indígenas, que são os primeiros afetados nesta terra. Porque, sem terra não há vida, não há futuro. Este é o primeiro fator porque todos os indígenas do mundo lutamos por terra. Porque se não temos terra, não podemos falar no problema da educação, da saúde, hospital, médico... Porque não temos terra, não podemos parar para falar. E como não temos terra, não temos recursos, casas, madeiras...

A Companhia madeireira destrói e explora. Os indígenas estão prejudicados.

Aqui se falava em hidrelétrica. No Peru também o governo Belaunde fez um projeto hidrelétrico. Este projeto irá prejudicar em torno de 5.000 indígenas. Aproveitando uma ocasião na Europa, fomos ao próprio escritório da Empresa. Uma das estratégias é fazer isto. Seja feito pelo CIMI, ou o CIMI o delega aos próprios prejudicados, os indígenas, para que apresentem o seu caso, na origem do problema. Esta é a estratégia que se deve seguir diante dos problemas.

Quem iria financiar o projeto hidrelétrico no Peru seria o governo alemão. Já haviam preparado o projeto, tudo estava pronto. Tivemos entrevista com o governo Belaunde e nos mostrou o projeto, o plano. Tudo estava pronto. Então nós fomos reclamar junto a esta instituição que iria apoiar. Então nos disseram que nós indígenas somos obstáculo ao desenvolvimento. Mas, fizemos as nossas reclamações. Não financiaram o projeto, o qual acabou não sendo executado. Agora 5.000 indígenas estão bem.

Na questão da mineração, como petróleo, ouro, também tivemos problema. Fizemos uma série de contatos em países onde existem os principais escritórios. Mas, estes escritórios se escondem, não lhes agrada isto. Aí é importante o papel do CIMI, que tem que descobrir o escritório de quem financia, de quem prepara todos estes contratos, para poder reclamar aí.

Outra estratégia que se poderia mencionar é que as estratégias, falando de fora, muitas vezes não se alcançam. Há muita burocracia neste nível.

Agora, neste país, a UNI está organizada a nível nacional, tem sua organização em nível de comunidade. A comunidade tem que iniciar este problema, tem que seguir o caminho. A nível nacional, a UNI tem que ficar em contato com todas as entidades. O papel do CIMI deve ser de ficar perto de seus irmãos, de apoiar, de falar com as autoridades. Assim, o CIMI avança rápido.

A intenção da Coordenadoria é manter forte este contato a nível de cinco ou mais países que fazem parte da Amazônia. Até o momento, trabalhamos muito lentamente, como já disse, porque não temos muitas pessoas e recursos. Mas, o importante é haver iniciado o trabalho. Esta é a nossa tarefa.

A UNI é do Brasil. As organizações que formam a Coordenadoria são: Associação Interétnica da Amazônia Peruana, do Peru; Central Indígena e Campesinos, de Bolívia (CIDOB); Confederação das Nações Indígenas da Amazônia Equatoriana, do Equador (CONFENIAE); Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC). E na Venezuela não podemos encontrar uma organização representativa própria dos indígenas. Na Colômbia há muitos irmãos indígenas que cumprem papel igual ao que vocês mencionaram muito a respeito da FUNAI. Lá é bem parecido. Os indígenas são empregados do Estado, mas representam o seu povo.

Não confiamos muito nestes irmãos. Porque, o que falamos em nível de comunidade eles comunicam ao seu chefe. Se falamos a nível nacional, este representante, indígena empregado do Estado, informa o Estado.' E aí pode vir repressão mais tarde, porque já estão mais ou menos ma nipulados. Por isso, não integramos a Venezuela, para poder formar ' uma organização indígena realmente original, e não imposta de cima. Isto é o que queremos. Não estamos só pensando. Já iniciamos esta ta refa. Vamos seguir, porque problemas existem. Isto é o que nos moti- va a seguir este trabalho. Esperamos consolidar melhor.

Para não ocupar mais tempo, há mais irmãos que querem falar. Se houver mais perguntas, podem fazê-las, porque há muitas coisas a esclarecer. Mas, penso que até aqui vocês podem ter mais ou me- nos um panorama, uma visão. Obrigado!

BIRACI BRASIL: - Candidatos do movimento Indígena à Constituinte

Quero reiterar um pouco o que já foi colocado pelo Ailton. Entre os companheiros já somos conhecidos. Somos dirigentes do movimento indí gena, que é uma organização que, apesar de nova, é uma organização ' que carrega uma responsabilidade muito maior do que se pode pensar.' Porque o movimento indígena enfrenta uma série de problemas. Nós bri gamos frente a frente com o governo brasileiro, que está com toda a máquina. Com isso já quero dizer que enfrentamos uma série de proble mas. Mas, a cada dia o nosso movimento está se consolidando.

Quero falar mais um pouco sobre a Constituinte, porque é o que está na cabeça. Hoje é uma coisa muito discutida a nível de Brasil.' E o movimento indígena vem discutindo a nível regional e nacional, ' desde quando se começou a falar na nova Constituição do país. E nós vamos isto com muito cuidado, porque a Constituição Brasileira pode ser muito importante, mas também pode ser muito perigoso para nós in díos. Primeiro porque nós, acompanhando atentamente este Simpósio du rante os dois primeiros dias, ficou bem claro como a Nova República está pensando fazer com o futuro dos povos indígenas no Brasil. Então, nós lutamos individualmente, como indígenas. Mas isso não foi o suficiente para garantir o nosso futuro. E aí chegou a necessidade de buscar aliança com todos os movimentos populares, seja da cidade, do campo, dos seringais, ou de qualquer canto do país, seja com pre- to, branco, índio, seja de que categoria for. Essa nova aliança ain- da não está consolidada. Porque desde a colonização enfrentamos gran de preconceito racial. As pessoas que têm interesse em destruir a so ciedade indígena sempre nos dividiram. Por exemplo, o seringueiro e o índio enfrentam o mesmo problema. Eles são discriminados igualmen- te, mas nunca houve uma aliança entre essas duas categorias. Hoje es- tá havendo a necessidade de buscarmos um aliado junto a esses compa- nheiros. E eu espero que dessa forma nós vamos conseguir nos represen- tar e garantir a nossa identidade como nativo.

Eu vejo o seguinte: Muitas vezes quando se falou em Nova República se falava em democracia. Mas, para o índio não foi uma democracia. Foi uma colonização. Democracia para o índio significa demarcação das terras indígenas, reconhecimento das reivindicações da reserva extrativista dos seringueiros, assentamento para os trabalhadores sem terra, que estão sendo violentados pelos pistoleiros e fazendeiros. Democracia significa saúde para todos. Democracia significa Educação para todos. Democracia significa paz. Democracia significa respeito pela humanidade, o que o país brasileiro não carrega e não tem. Por isso ' estamos nós, nativo da terra, concorrendo às eleições deste ano, apesar de que não é tão fácil para nós sermos eleitos num país tão cheio de corrupção e de discriminação social. Mas, estamos enfrentando para ' que nós possamos levar essa mensagem: para que façam uma democracia, ' que façam uma sociedade do futuro. Que esta sociedade seja uma sociedade justa do povo brasileiro, onde o índio, onde o seringueiro, onde os trabalhadores rurais, onde os ribeirinhos se sintam brasileiros, se sintam vivos, se sintam presentes. Por isso que estamos aqui, nós candidatos do movimento indígena, concorrendo às eleições, não só para termos um mandato parlamentar, se formos eleitos. Eu acho que alguns companheiros que assessoram o movimento indígena já sabem o que ocorreu na assembléia nossa que houve em julho do ano passado, em Goiânia. Nós não queríamos assumir um partido político e nem ter um mandato ' parlamentar. Nós reivindicamos a nossa participação direta na Constituinte, só pelas nossas lideranças, pelo nosso povo e dentro daquilo que fala a respeito da questão indígena e depois voltar para as nossas bases, viver dentro dos nossos costumes tradicionais. Mas a Nova República mais uma vez desrespeitou aos povos indígenas. Não aceitou a nossa participação dessa forma. Então tivemos hoje que nos submeter a esse jogo político, que para nós é um mundo estranho, mas que é uma realidade. E eu espero que cada um dos companheiros que estejam ligados à questão indígena ajudem de fato o índio, que vocês assumam o ' compromisso para uma sociedade do futuro.

JAIME DA SILVA ARAÚJO: - Lutas, alianças, organização

A história da civilização humana e do progresso precisa ser escrita com sangue humano. E os seringueiros já contribuíram com grande parcela desse sangue para escrever essa história. Esses seringueiros ' que, como os povos indígenas, têm sido sacrificados em massa, sentiam a necessidade de criar uma organização que os representasse e defendesse. Não encontravam recursos humanos, por falta de assistência dos governos para que tivessem iniciativa própria, tivessem conhecimentos adquiridos em banco de escola. Nos seringais é óbvio alguém dizer que lá existe educação. Mas alguém, sentindo a necessidade, se tornou seringueiro e outros, sacrificando as suas necessidades, colocaram os seus filhos dentro das capitais, para aprender alguma coisa e voltaram à prática do corte da seringa. Eles são os mais conscientizados '

da necessidade e iniciaram um movimento, há oito anos, no Estado do Acre. Cinco anos depois sentiram que realmente já tinham condições de começar a se organizar a nível da Amazônia. E assim, em 1985, nasceu a organização que representa os seringueiros da Amazônia brasileira.

Nós estamos ocupando um espaço político que está nos deixando assim sonhadores. Estamos correndo a uma velocidade incrível, encontrando o caminho por onde devemos pisar. E se mais longe não estamos é porque, como já disse, somos um número muito reduzido. Dentro da redução desse número, sentíamos a necessidade de uma aliança com os povos da selva, como nós. Povo este que, mais tradicional que nós, são os donos do Brasil, que são os povos indígenas.

Hoje eu tenho a felicidade, tenho a honra de dizer que estou em uma mesa, em frente a um auditório, sentado junto às lideranças indígenas do Brasil. Para mim é honroso, representando toda uma categoria de povo que vive na floresta, que são os seringueiros. E dizendo que os seringueiros não estão ainda preparados para esta aliança em um todo, porque o nosso trabalho é embrionário, está no início. Mas nós estamos encampando esta bandeira de luta e levamos a conscientização a cada um de nossos companheiros, no menor tempo possível, para que eles tenham consciência de que nós somos realmente irmãos na prática. Porque vivemos, usamos a floresta, amamos a floresta e lutamos para que ela permaneça viva. Não aceitamos de maneira alguma a destruição das nossas matas. Nós as exploramos, mas racionalmente. Não a depredamos.

Eu tive a oportunidade de dizer ontem e vou repetir: estou fazendo um trabalho de levantamento do potencial do rio Aripuanã. Tive a felicidade de entrevistar um companheiro com 72 anos, que nasceu naquele seringal, nasceu naquela casa. E disse ele que aquela colocação foi aberta por seu avô e tinha 202 anos. E ele mostrou-me uma samambaia dizendo: "foi meu avô que plantou, há mais de 150 anos", localizada a aproximadamente 30 metros da barraca onde ele mora. Apesar desses 202 anos de trabalho em um só local, não se vê ali senão o quintal, a casa e uma estrada em volta da casa aonde eles cortam a seringueira e colhem o látex para o engrandecimento deste Brasil que não o reconhece.

Eu queria dizer que é hora de as entidades, que nos apoiam, assumir um compromisso mais sério junto aos seringueiros, para que possamos, juntamente com os nossos irmãos índios, alcançar os nossos objetivos e poder correr um pouquinho mais com essa corrida selvagem do capitalismo. A nossa luta começou tarde. Mas, para Deus nunca é tarde. E nós estamos com o pensamento muito positivo, na certeza de que a vitória será nossa. Obrigado!

CHRISELDA KAUDLER: - CPT - apoio às lutas dos trabalhadores do campo

A Comissão Pastoral da Terra, em si, não é um organismo de trabalhadores, e sim, uma organização de apoio às lutas dos trabalhadores do campo. Então isso deve estar claro. Como organismo de apoio, a gente vem conhecendo, nestes últimos 10 anos em que existe a Comissão Pastoral da Terra, as várias lutas, as várias estratégias que os camponeses encontraram para se defender desse sistema capitalista que aí existe. Acho que nesses dois dias, o que mais aprendemos foi como é selvagem e desumano este sistema em que vivemos. E o objetivo dos nossos trabalhadores, tanto índios como camponeses e operários, é de construir uma sociedade mais humana. Para isso se viu então os vários caminhos que existem.

No Amazonas, há pouco tempo, há nem mais de 10 anos, que os Sindicatos começaram a ser organizados. Nos últimos anos vimos que a maioria destes sindicatos são atrelados ao governo. Aí nasceu a luta da Oposição Sindical. Parece que em quase todos os Estados da Amazônia hoje já existem grupos de Oposição Sindical, que pretendem tomar a direção dos sindicatos. Onde a Oposição Sindical conseguiu tomar a direção, já existe um plano a curto, médio e longo prazo.

No Acre, os trabalhadores que foram assentados nos últimos oito anos, conseguiram, fora do próprio Sindicato, se organizar e lutar por estradas, por anistia das dívidas bancárias, através de mais de 10 acampamentos. Este é o caminho lá. O pessoal acampa hoje, tanto no Banco do Brasil, dentro do INCRA, na Assembléia Legislativa, até no IBDF.

O Movimento dos Sem Terra parece um dos melhores organismos, com militantes bem preparados. Politicamente é um organismo que merece respeito. O Movimento Sem Terra, que tem hoje 12.000 trabalhadores, já tem mais de 42 acampamentos organizados neste país. Já conseguiram mais de 12 desapropriações de fazendas.

Como o Jaime falou, o Conselho dos Seringueiros é ainda um embrião. Mas no Acre temos muitas lutas de seringueiros que não foram registradas ainda. Recentemente, estão ocupando posses, donde já foram expulsos anos atrás. Os seringueiros estão voltando para as áreas, exigindo a desapropriação e impedindo a entrada dos madeireiros.

Também existem Comissões de Terra em outros Estados.

Os colonos estão se organizando em grupos de compra e venda. Quando o governo viu que o pessoal está se organizando, também ele investiu e criou associações de colonos. Então temos dois movimentos: há associações pelegas e as associações autênticas, onde os próprios trabalhadores administram o movimento de compra e venda.

Existem as Caixas Agrícolas, os Polos de hortigranjeiros, onde o pessoal, perto das cidades, começa a plantar e vender os produtos em comum. Assim, eles pretendem sair dos intermediários.

Temos as lutas organizadas com saúde, educação e transporte, nos projetos de colonização.

Também a respeito dos seringueiros tem que referir a luta de não pagar mais a renda. Enquanto o seringueiro paga a renda, ele não se torna posseiro e não tem direito à terra. Então, é uma luta - pelo menos no Acre - bastante organizada, que ninguém pague mais a renda.

Existe um trabalho intenso na base. Como o companheiro Evaristo falou, tem as 3 fases de organização. Os sindicatos sem a base não têm força. ' Então, qualquer organismo que está sendo instalado, sem trabalho de base, nós acreditamos que não vai ter muito futuro. É aí que a Comissão Pastoral da Terra investe: na preparação das bases, na conscientização, na mobilização e na articulação dos trabalhadores nas áreas. Então, as lutas começam sempre a partir dos problemas locais. "

Brasília, setembro de 1986.

OBS.: Estes depoimentos transcritos não foram revistos pelos respectivos autores.